

Ferrovias Norte Sul S.A.
Demonstrações contábeis
em 31/12/2010

ÍNDICE

1 – Relatório de Administração	03
2 – Relatório dos Auditores Independentes	14
3 – Demonstrações Contábeis	16
3.1 – Balanços patrimoniais	16
3.2 – Demonstrações do resultado	17
3.3 – Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	18
3.4 – Demonstrações dos fluxos de caixa.....	19
3.5 – Demonstrações do valor adicionado	20
4 – Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2010 e de 2009	21
4.1 – Contexto Operacional	21
4.2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis	22
4.3 – Descrição das principais práticas e estimativas contábeis adotadas	22
4.4 – Práticas Contábeis Críticas	26
4.5 – Adoção pela primeira vez das Demonstrações Contábeis de acordo com os Pronunciamentos Contábeis	26
4.6 – Caixa e Equivalente de Caixa	28
4.7 – Contas a Receber de Clientes.....	28
4.8 – Tributos a Recuperar	28
4.9-a – Imobilizado	29
4.9-b – Intangível	30
4.10 – Subconcessão a pagar	30
4.11 – Fornecedores – terceiros	31
4.12 – Partes relacionadas	31
4.13 – Impostos, taxas e contribuições a recolher	32
4.14 – Patrimônio Líquido	32
4.15 – Receita por natureza	33
4.16 – Custos e Despesas por Natureza	34
4.17 – Imposto de Renda e Contribuição Social	35
4.18 – Informações por Segmento de Negócios	36
4.19 – Cobertura de Seguros.....	36
4.20 – Fatores de Riscos	36
4.21 – Previdência Complementar	37
4.22 – Instrumentos Financeiros	38
5 – Declaração de revisão das Demonstrações contábeis e do Relatório dos Auditores Independentes pelos Diretores	41
6 – Administração - Conselheiros e Diretores	42

1 – RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem do Presidente

Para a Ferrovia Norte Sul S.A, 2010 foi um ano de várias conquistas. Iniciamos nossas operações no Tocantins; transportamos novas cargas, como Biodiesel B 100, milho, minério de ferro e brita siderúrgica, renovamos nossa Licença de Operação junto ao IBAMA e chegamos até Palmas, capital do estado do Tocantins. Todas essas vitórias engrandeceram a nossa empresa e nos encheram de orgulho.

Somos uma ferrovia jovem. Temos apenas três anos de existência e somos movidos pela paixão. E a superação de nossos resultados é prova disso: batemos recordes de toneladas transportadas! Em 2010 foram mais de 2 milhões de toneladas, superando o número de 1,6 milhões em 2009 e 1,2 milhões em 2008.

A sustentabilidade e o desenvolvimento das comunidades vizinhas à ferrovia também faz parte do nosso compromisso. Em 2010, implantamos o programa de monitoramento ambiental de fauna e flora e realizamos o 1º Encontro Interescolar de Educação Ambiental, que envolveu as escolas do Programa Educação Ambiental. O programa é voltado para a formação de gestores e apoio às ações de recuperação da mata ciliar, criação de hortas comunitárias e oficinas de reciclagem nos municípios ao longo da FNS.

Em 2010, trabalhamos para consolidar a Ferrovia Norte Sul como principal corredor ferroviário de escoamento do centro-norte e contribuir para o desenvolvimento da região.

Em 2011, continuaremos movidos pela nossa motivação e pelo orgulho de estarmos construindo com a história de desenvolvimento do nosso País.

Reitero aqui o meu muito obrigado a cada empregado. É uma honra fazer parte desta família!

A Administração.

Introdução

Em atendimento às disposições societárias, a Ferrovia Norte Sul S.A. submete à apreciação de acionistas, o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis do período findo em 31 de dezembro de 2010, acompanhado do Parecer dos Auditores Independentes. As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Ferrovia Norte Sul S.A. (FNS ou a Companhia) foi projetada para promover a integração e consolidação do corredor centro norte, minimizando custos de transportes de longa distância e interligando as regiões Norte e Nordeste ao Centro Oeste do País, através das suas conexões, processo sustentado por contínua melhoria do desempenho operacional e pelo significativo aumento de sua contribuição para o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Constituída em dezembro de 2007, a FNS completou 3 anos se consolidando como opção de escoamento do Corredor Norte e registrou em 2010, volume recorde de 2 milhões de toneladas transportadas, superando o volume de 1,6 milhões em 2009 e 1,2 milhão em 2008.

Perfil

A Ferrovia Norte Sul apresenta-se como um importante corredor de exportação para carga geral dos estados Maranhão, Piauí, Tocantins, Mato Grosso e região do sul do Pará. Sua capacidade logística permite o transporte com eficiência e segurança de vários tipos de produtos: grãos, minério de ferro, calcário, brita, areia, fertilizantes e combustíveis.

Com localização privilegiada, oferece a seus clientes uma estrutura integrada com a Estrada de Ferro Carajás, que possibilita a exportação de cargas pelo Terminal Marítimo de Ponta da Madeira e Porto do Itaqui, em São Luís, para os principais mercados importadores – EUA, Europa e Ásia.

Inúmeros benefícios sociais estão surgindo com a implantação da Ferrovia Norte-Sul. A articulação de diferentes ramos de negócios proporcionada por sua implantação está contribuindo para o aumento da renda interna e para o aproveitamento e melhor distribuição da riqueza nacional, a geração de divisas e abertura de novas frentes de trabalho, permitindo a diminuição de desequilíbrios econômicos entre regiões e pessoas, resultando na melhoria significativa da qualidade de vida da população da região.

Sua gestão trabalha de acordo com um sólido plano de investimento em segurança operacional, manutenção da via permanente, aquisição de vagões e locomotivas, capacitação profissional dos empregados, respeito ao meio ambiente e ações de relacionamento com as comunidades nas localidades em que atua.

Área de Atuação	Maranhão	
	Tocantins	
Extensão das Linhas	Bitola 1,60	719 km
	Trecho entregue	Açailândia (Ma) à Porto Nacional (To) 719 km
	Trecho em operação*	Açailândia (Ma) à Guaraí (To) 571 km
Pontos de Interconexão com Ferrovias		
Estrada de Ferro Carajás	Açailândia - Ma	
Pontos de Interconexão com Portos		
Porto do Itaqui	São Luís - Ma	

* Trecho liberado para operação pela ANTT

Hoje, a Norte Sul opera 571 km de linha ferroviária, entre Guaraí, no estado de Tocantins, até Açailândia, no Maranhão, e conta com 13 pátios (ferroviários e multimodais). Em dezembro de 2010 foi entregue o

último trecho, que corresponde a 148 km entre os municípios de Guaraí e Palmas, ambos no estado do Tocantins. Em 2011 a Norte Sul irá operar 720 km de extensão.

Para a FNS, 2010 foi um ano de conquistas e pioneirismos em suas operações. Transportou 410 toneladas de Biodiesel B 100, 2 mil toneladas de brita siderúrgica, 37 mil toneladas de milho e 100 mil toneladas de minério de ferro, produto este, oriundo do estado do Tocantins. A ferrovia implantou também o Programa de Monitoramento Ambiental de Fauna e Flora e consolidou seu programa de educação como o 1º Encontro Interescolar de Educação Ambiental da FNS, que visa contribuir na formação de gestores e apoiar ações de recuperação da mata ciliar, criação de hortas comunitárias e oficinas de reciclagem nos municípios ao longo da via. Em termos de manutenção, trocamos cerca de 22 mil dormentes, garantindo a estabilidade da via permanente.

Sólida Base de Clientes

A FNS mantém sólidas relações com seus clientes, que incluem: grandes companhias de comércio de grãos e processamento de alimentos, tais como Bunge e Cargill. As relações com esses clientes foram desenvolvidas ao longo do tempo, à medida que a FNS aumentou a confiabilidade de seus serviços. Além disso, a FNS foi capaz de atrair investimentos, feitos por seus clientes em material rodante (vagões) e terminais que são utilizados na malha ferroviária. Hoje, a FNS acredita ter desenvolvido uma reputação pela sua capacidade de transporte ferroviário eficiente e estratégico e também pela capacidade de trabalhar em parceria com seus clientes para desenvolver serviços altamente especializados e personalizados de logística, para atender às suas necessidades exclusivas de transporte.

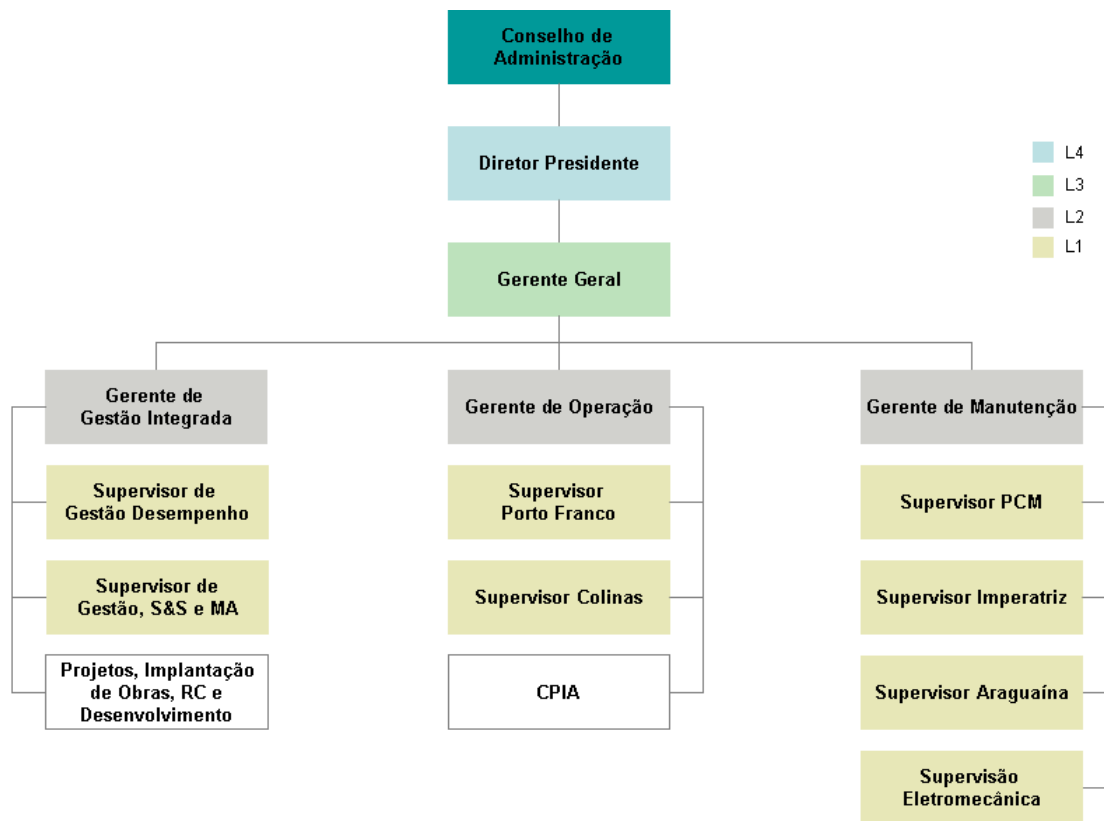
Cultura Voltada para Resultados e Administração Profissional

A FNS implantou uma cultura corporativa voltada para resultados, com uma visão clara, valores sólidos e metas articuladas. A equipe está fortemente comprometida com sua visão e tem demonstrado um histórico de realizações financeiras e operacionais, desde a sua implantação. Além disso, a administração da FNS dá ênfase à excelência em cada aspecto de seus negócios. Essa ênfase, especialmente nas áreas de segurança, eficiência, produtividade e formação dos funcionários, tem sido um importante impulsionador de suas conquistas. A FNS tem feito grandes investimentos no treinamento de seus funcionários. Convicta de que a qualidade dos serviços que oferece e a satisfação de seus clientes estão relacionadas diretamente ao profissionalismo e motivação de seus funcionários, a cada ano, a Norte Sul busca aperfeiçoar seus processos de gestão de pessoas.

Estrutura Organizacional

A FNS não possui política de remuneração ao acionista formal, mas observa as disposições legais aplicáveis sobre a questão da destinação do resultado do exercício. Os dividendos são distribuídos anualmente em percentual mínimo previsto por lei.

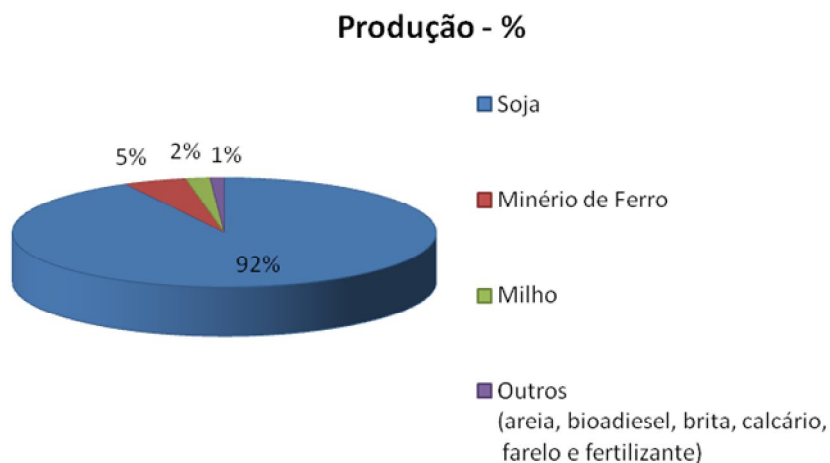
O Conselho de Administração da FNS, é composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, e a Diretoria composta por 3 (três) membros, conforme Estatuto Social. O Conselho Fiscal não foi instalado.

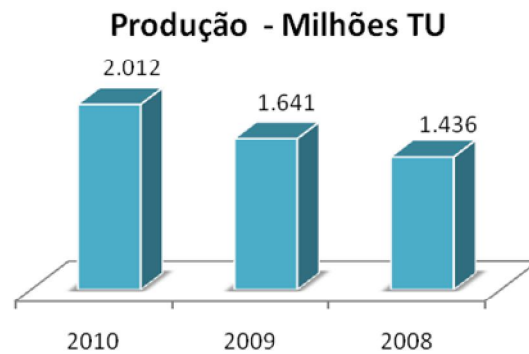


O quadro funcional e composto por 103 funcionários próprios e 113 terceiros.

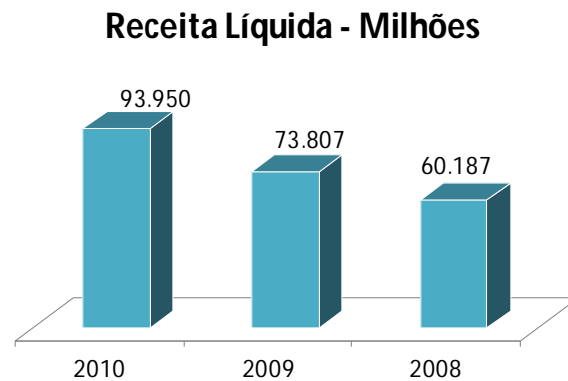
Desempenho Operacional

Em 2010 a FNS elevou em 18% seu volume de transporte em relação a 2009. Esse incremento foi devido a diversificação de cargas, e a confiabilidade adquiridas junto aos clientes quanto a capacidade de cumprir as demandas contratadas.



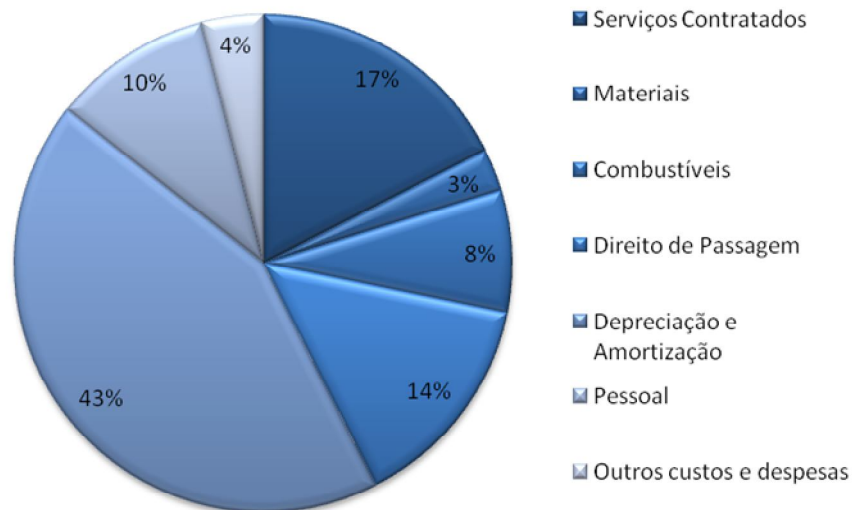


A receita líquida atingiu R\$ 93,9 MM, aumento de 21% em relação a 2009 e de 36% em relação a 2008. Essa performance foi em função do aumento do volume transportado e o transporte de novos produtos como minério de ferro, biodiesel, brita siderúrgica e milho.



Nossos custos foram de R\$ 87 MM, um aumento de 34% em relação a 2009. As despesas administrativas foram de R\$ 11 MM.

O maior impacto deste aumento concentrou-se nos custos variáveis, diretamente ligado ao aumento do volume, com destaque para os gastos com direito de passagem e combustível. Além disso, houve a amortização em função da entrada em operação do trecho ferroviário de 116 km, objeto da subconcessão, entre o município de Colinas do Tocantins e Guaraí, ambos no estado do Tocantins e as manutenções (limpeza de vagões, troca de dormentes/trilhos, etc.).



Manutenção

Durante o ano de 2010 a Ferrovia Norte Sul expandiu seus investimentos. O recebimento e o início das operações de forma definitiva no estado do Tocantins representou a criação de uma turma de manutenção neste estado.

A expansão do quadro e criação de novas turmas de manutenção exigiu, entre outras coisas, investimento em ferramentas, máquinas e equipamentos.

Em 2010 o planejamento de manutenção da Via Permanente contribuiu para a melhoria das condições e da segurança operacional. Foram substituídos 22.138 dormentes no trecho entre os municípios de Açailândia e Porto Franco, ambos no estado do Maranhão. Deste ponto em diante, os dormentes de concreto asseguram a segurança com baixa necessidade de substituição. Para retirar defeitos de trilhos e melhorar a condição de tráfego foram executadas 544 soldas e adquiridos mais de 2.000 toneladas de trilho.



Além disso, foram recuperados 7 pontos de integridade estrutural, através de investimentos de mais de R\$ 9 milhões.

Investimentos

A FNS realizou no ano de 2010 investimentos em torno de R\$ 39 milhões que foram aplicados na melhoria de via permanente, nas instalações físicas, na aquisição de materiais e equipamentos de VP e de grande porte, na implantação de projetos e na integridade estrutural.

Para 2011, os investimentos da FNS somam um total de R\$ 47 milhões, orçados no desenvolvimento, melhoria e implantação de projetos, como:

- Instalações de infraestrutura administrativas e operacionais dando continuidade às obras ao longo da FNS e infraestrutura operacional;

- Construção da Central de Materiais Descartáveis (CMD) no município de Porto Franco. Hoje os resíduos são enviados para a Central no município de Açailândia, ambos no estado do Maranhão.
- Aquisição de materiais/equipamentos de VP e de grande porte para manutenção de superestrutura da via permanente da FNS;
- Integridade Estrutural na execução de obras da FNS constituídas de pontos críticos;
- Aquisições de equipamentos de sinalização/telecomunicações, e de pequeno porte;
- Aquisição de veículos, móveis utensílios e informática, dentre outras atividades.
- Ampliação do pátio da Floresta no município de Açailândia, para formação do trem de 160 vagões e construção do limpador de vagões no município de Porto Franco ambos no estado do Maranhão (Projeto Soja Norte).

Além destes, faz-se necessário ressaltar os seguintes novos projetos:

- Ampliação do terminal de Palmeirante para duplicar sua capacidade de armazenamento;
- Iniciar operação de carregamento de álcool em Guaraí;
- Carregamento de minério de ferro e transbordo de grãos em Porto Nacional;
- Operação completa do CCO, agregando mais segurança para a operação dos trens;
- Instalação do sistema de cerca eletrônica nas locomotivas, a partir da implantação do computador de bordo e dispositivo end-of-trem, aumentando a segurança da operação;
- Implantação de chave de molas nos pátios da FNS, permitindo aumentar a velocidade, melhorando a EE sem comprometer a segurança;
- Instalação de rede de computadores no terminal de Palmeirante para aumentar a estabilidade de comunicação de dados e voz com os demais locais da FNS e Vale;

Eficiência Energética

Nossas despesas com combustíveis representam cerca de 8% dos custos operacionais. Por isso, a eficiência energética, indicador do consumo de diesel, é uma das prioridades para gestão da Companhia. Além do controle de redução de custos, ferramenta fundamental para gerar vantagens competitivas para a Companhia e nossos clientes, há também os benefícios ambientais, mediante redução da emissão de gases poluentes na atmosfera.

A Eficiência Energética no transporte ferroviário é a quantidade de litros consumidos dividida pela TKB (tonelada bruta transportada x distância percorrida, em milhão). Uma das ações adotadas pela FNS para superar a meta orçada, foi fazer o monitoramento da utilização de locomotivas principalmente nos trens de soja, evitando que locomotivas de maior HP (potência), e portanto de maior consumo, trafegassem nesses trens sem a real necessidade.

Meio Ambiente

Com visão de crescimento da logística e exportações, a Ferrovia Norte Sul S/A lança mão de vários projetos com a finalidade de otimizar o transporte de carga Geral do sistema Norte. As ações que

desencadeariam este desenvolvimento necessitavam de plenos investimentos financeiros, isto tudo de modo sustentável e ambientalmente correto.

Dentro destes projetos estão inseridos ações que minimizam ou eliminam os eventuais impactos que estas expansões do empreendimento iriam causar as comunidades e ao meio ambiente como um todo.

Considerando o meio ambiente um componente fundamental da qualidade dos seus produtos e serviços, a Ferrovia Norte Sul S/A declara-se comprometida com o conceito de desenvolvimento sustentável, visando o equilíbrio entre a proteção do meio ambiente e a necessidade de crescimento econômico.

O Programa de Educação Ambiental executado pela FNS busca a mudança de comportamento e atitudes em relação ao meio ambiente, ou seja, procura repassar para a comunidade conhecimentos para que a mesma possa atuar na melhoria da sua qualidade de vida ambiental. Esse tipo de educação extrapola a simples aquisição de conhecimento, ela perpassa valores, atitudes, comportamentos e habilidades.

Esse Programa tem como princípio promover o desenvolvimento de conhecimento, de atitudes e de habilidades necessárias à preservação e melhoria do meio ambiente. Portanto a aprendizagem será mais efetiva se a atividade estiver adaptada às situações da vida real, do meio em que vivem essas comunidades do entorno da ferrovia e nas situações operacionais de seus empregados.

Em 2010 as fases de Diagnóstico, Formação e Atitudinal do Programa de Educação Ambiental atingiram a Escola Municipal Tobias Barreto, no Município de São Francisco do Brejão, no Estado do Maranhão, a Escola Municipal Valério Miranda, no município de Porto Franco, no Estado do Maranhão, a Escola Firmino Coelho, localizada no povoado de Barro Preto, no Município de Babaçulândia, no Estado do Tocantins e a Escola Municipal Firmino Coelho de Araújo, no Município de Palmeirante, no Estado do Tocantins. Ao todo foram sensibilizadas, aproximadamente, 3200 pessoas, entre alunos, professores e comunidades lindeiras, além dos 140 empregados e contratados sensibilizados nos Pátios de Apoio de Imperatriz e Porto Franco, no Estado do Maranhão.



Palestras e Oficinas de Reciclagem de Resíduos na Escola São Francisco no município de Babaçulândia - TO.

Dentro das atividades da FNS foi detectada a necessidade de implantação de sistemas de segurança ambiental e dentre eles destacamos o Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR e Plano de Atendimento e Emergências – PAE, outra condicionante ambiental, com os objetivos de Identificar o potencial e como atender a acidentes e situações de emergência ambiental; Prevenir e/ou mitigar os impactos ambientais que possam estar associados a eles; Definir o plano de simulação e padrões operacionais, antes ou após a simulação ou ocorrência de acidente Ambiental.

A metodologia usada levou em consideração as Informações de segurança de processo; Revisão dos riscos de processos; Gerenciamento de modificações; Manutenção e garantia da integridade de sistemas críticos; Procedimentos operacionais; Capacitação de recursos humanos; Investigação de incidentes; Plano de Ação de Emergência (PAE) e Auditorias.

Foram mapeados e analisados os riscos e os cenários acidentais dos pátios ferroviários de Açailândia, Imperatriz e Porto Franco, no Estado do Maranhão; Aguiarnópolis, Araguaína, Colinas do Tocantins e Guaraí, no Estado do Tocantins e toda a Via Permanente da Ferrovia Norte Sul S/A.

Realizamos, no simulado de emergência, os cenários de Vazamento, incêndio e/ou explosão de produtos inflamáveis para checagem de todo o sistema de Gerenciamento de Riscos e do Plano de Atendimento a Emergências da Ferrovia.

Foram instalados novos dispositivos de drenagens revestidas nos pés dos taludes e aterros. Tais procedimentos, ambientalmente adequados, contribuíram para a satisfatória mitigação dos impactos ambientais decorrentes das operações ferroviárias, evitando-se processos erosivos e assoreamento de corpos de água.

Como empreendedor sustentável, realizamos o levantamento de pontos de potenciais passivos ambientais e executamos obras de recuperação de áreas degradadas ao longo da ferrovia. Tudo isto com a visão de responsabilidade ambiental.

É a Ferrovia Norte Sul S/A operando de modo sustentável e de acordo com as premissas ambientais, que são valores desta empresa.

Saúde e Segurança

As ações de Saúde e Segurança realizadas ao longo do ano de 2010 propiciaram um desenvolvimento crescente na prevenção de acidentes e no processo de conscientização de empregados próprios e terceiros.



Ações de Segurança Norte realizado com os empregados próprios de contratados nas localidades de Imperatriz e Palmeirante.

Dentre essas ações estão inseridos campanhas educativas, inspeções nas frentes de serviço, treinamentos de capacitação, paradões de segurança, reuniões, implantação de novos procedimentos e processos que minimizam ou eliminam os riscos de acidentes pessoais e im pessoais, aos quais os empregados estão expostos no ambiente de trabalho.

Considerando a Saúde e Segurança um componente fundamental para a melhoria da qualidade de vida pessoal e laboral dos empregados, a Ferrovia Norte Sul S/A declara-se comprometida com o valor Respeito à Vida, visando manter a integridade física de cada empregado próprio e terceiro, pois este é um valor que não abrimos mão.

Visando a integridade física de nossos colaboradores a FNS realizou programas de conscientização para prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho. Estes programas têm como foco a redução e neutralização de acidentes sejam eles pessoais ou im pessoais, a eliminação das condições de riscos e irregularidades no ambiente de trabalho, a melhoria da qualidade de vida, cumprimento dos procedimentos e conscientização dos trabalhadores quanto a prevenção de acidentes, tudo isto foi realizado ao longo do ano de 2010 em toda a ferrovia, beneficiando empregados próprios e terceiros.

Os Programas de Conscientização na área de Saúde e Segurança executados pela FNS buscam a mudança de comportamento e atitude dos empregados em relação à prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível e permanente o trabalho com a prevenção da vida e promoção da saúde do trabalhador. Procurando repassar para os empregados conhecimentos para que os mesmos possam atuar no combate aos riscos, propondo medidas preventivas de eliminação ou

neutralização, trabalhando com a melhoria da sua qualidade de vida. Esse tipo de trabalho ultrapassa a simples aquisição de conhecimento, vai além dos valores, das atitudes, comportamentos e habilidades.

Em 2010 foram realizadas campanhas educativas, treinamentos de capacitação e conscientização em Saúde e Segurança atingindo todas as áreas operacionais da FNS. Ao todo foram aproximadamente, 300 pessoas, dentre empregados próprios e terceiros nos Pátios de Apoio de Imperatriz e Porto Franco no estado do Maranhão e Colinas no estado do Tocantins.

Participamos em conjunto com a Estrada de Ferro Carajás (EFC) da SIPAT – Semana Interna de Prevenção de Acidentes, com o objetivo de orientar e conscientizar todos os empregados, sobre a importância da prevenção de acidentes e doenças no ambiente de trabalho, fazendo com que os empregados resgatem valores esquecidos pelo corre-corre do dia-a-dia, fazendo com que todos trabalhem e pratiquem a SEGURANÇA em suas áreas.

Foi criada a CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) gestão 2010/2011 da Ferrovia Norte Sul, com o objetivo de fazer com que os empregadores e empregados trabalhem em conjunto na tarefa de prevenir acidentes e melhorar a qualidade do ambiente de trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e promoção da saúde do trabalhador. Atendendo a legislação, a mesma é regulamentada pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) nos artigos 162 a 165 e pela NR – 5 (Norma Regulamentadora 5), contida na portaria 3.214 de 08.06.78 do Ministério do Trabalho e Emprego.

Implantamos o 1º PAR – Programa de Atitude Responsável da Ferrovia Norte Sul em todas as áreas operacionais, com o objetivo de apresentar os indicadores de S&S, as melhores práticas operacionais, integrando a liderança e os empregados operacionais de todas as contratadas que prestam serviço ao longo da ferrovia.

Enfim, em 2011, teremos o desafio de operar de forma a garantir a integridade física de cada empregado, zerar o número de acidentes, propor mais medidas preventivas, implantar melhorias práticas de trabalho, atuar preventivamente para que acidentes não ocorram e fazer com que todos os empregados próprios e terceiros envolvidos na operação tornem-se ainda mais conscientes do valor RESPEITO A VIDA, sendo este uma responsabilidade de todos.

Nossos Valores

Ética e Transparência – representam o nosso comportamento como organização. Agimos com integridade, respeitamos as leis, os princípios morais e as regras do bem proceder referendadas e aceitas pela coletividade, e comunicamos nossas políticas e resultados de forma clara.

Excelência de Desempenho – significa a busca da melhoria contínua e o controle dos resultados por indicadores de desempenho reconhecidos como referência das melhores práticas, promovendo um ambiente de alta performance e assegurando a obtenção e a manutenção de vantagens competitivas duradouras.

Espírito Desenvolventista – representa nosso empreendedorismo como organização que busca, incessantemente e com agilidade, novas oportunidades de ação e soluções inovadoras diante dos problemas e necessidades que se apresentam, assegurando a execução de estratégias que visam ao crescimento da Companhia.

Responsabilidade Econômica, Social e Ambiental – reconhecemos e agimos no sentido de que estas dimensões estejam sempre em equilíbrio, de modo a promover o desenvolvimento e garantir a sustentabilidade.

Respeito à Vida – significa que não abrimos mão, em nenhuma hipótese, da segurança e do respeito à vida. Pessoas são mais importantes do que resultados e bens materiais. Se necessário escolher, escolhemos a vida.

Respeito à Diversidade – é perceber o outro como um igual, respeitando as diferenças e promovendo a inclusão competitiva; é ver nas diferenças oportunidades de integração e evolução.

Orgulho de Ser FNS – é o valor resultante. Assumimos e nos comportamos como donos do negócio, buscando incessantemente os objetivos definidos, compartilhando e celebrando os resultados e fortalecendo as relações. Nós nos orgulhamos quando sabemos que estamos construindo algo que fará a diferença.

2 – RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e Administradores
Ferrovia Norte Sul S.A.

1 Examinamos as demonstrações contábeis da Ferrovia Norte Sul S.A. (a "Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

2 A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3 Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

4 Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro.

5 Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

6 Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Opinião

7 Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ferrovia Norte Sul S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

8 Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 2011

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" MG

Aníbal Manoel Gonçalves de Oliveira
Contador CRC 1RJ056588/O "S" MG

3 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.1 – BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em milhares de Reais

	Notas	31 de Dezembro de 2010	31 de Dezembro de 2009
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4.6	56.304	53.016
Contas a receber de clientes	4.7	1.225	478
Estoques			4
Outros		117	
		<u>57.646</u>	<u>53.498</u>
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar	4.8	5.960	1.406
Despesas antecipadas		422	80
Imobilizado	4.9(a)	116.913	86.133
Intangível	4.9(b)	<u>1.705.902</u>	<u>1.666.075</u>
		<u>1.829.197</u>	<u>1.753.694</u>
Total do ativo		<u>1.886.843</u>	<u>1.807.192</u>
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Subconcessão a pagar	4.10	117.376	496.262
Fornecedores	4.11	15.330	6.830
Partes relacionadas	4.12	9.120	11.667
Impostos, taxas e contribuições a recolher	4.13	1.292	498
Imposto de renda e Contribuição Social			111
Dividendos propostos		241	2.923
		<u>143.359</u>	<u>518.291</u>
Patrimônio			
Capital social	4.14	1.712.476	1.259.018
Reservas de lucros	4.14	31.008	29.883
		<u>1.743.484</u>	<u>1.288.901</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.886.843</u>	<u>1.807.192</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

3.2 – DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de Reais, exceto lucro por ação

	<u>Notas</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Operações continuadas			
Receita líquida dos serviços prestados	4.15	93.950	73.807
Custo dos serviços prestados	4.16	<u>(86.777)</u>	<u>(49.981)</u>
Lucro bruto		7.173	23.826
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	4.16	(10.877)	(8.700)
Despesas financeiras	4.16	(874)	(275)
Receitas financeiras	4.15	6.050	3.948
Receitas com variação cambial		<u>52</u>	<u>(5.027)</u>
		<u>(5.649)</u>	<u>(5.027)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		1.524	18.799
Imposto de renda e contribuição social correntes	4.17	(159)	(4.225)
Lucro líquido do exercício		1.365	14.574
Lucro básico e diluído por ação atribuídos aos acionistas – R\$		1,08	14,18

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

3.3 – DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em milhares de Reais

	Capital Social	Reservas de lucro			Lucros acumulados	Total
		Legal	Expansão e investimentos	Incentivos fiscais		
Saldos em 1º de janeiro de 2009	797.203	1.195	17.037			815.435
Aumento de capital	461.815					461.815
Lucro líquido do exercício					14.574	14.574
Destinação dos lucros						
Reserva legal		615			(615)	
Reserva de expansão e investimentos			8.767		(8.767)	
Reserva de Incentivos fiscais				2.269	(2.269)	
Dividendos propostos					(2.923)	(2.923)
Saldos em dezembro de 2009	1.259.018	1.810	25.804	2.269		1.288.901
Aumento de capital	453.458					453.458
Lucro líquido do exercício					1.365	1.365
Destinação dos lucros						
Reserva legal		68			(68)	
Reservas de expansão e investimentos			722		(722)	
Reservas de incentivos fiscais				335	(335)	
Dividendos propostos					(240)	(240)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.712.476	1.878	26.526	2.604		1.743.484

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

3.4 – DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de Reais

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais:		
Lucro líquido do exercício	1.365	14.574
Ajustes:		
Depreciação e amortização	42.756	22.877
Variação dos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(747)	(174)
Tributos a recuperar	(4.554)	1.927
Despesas antecipadas	(342)	71
Outros	(113)	(5)
Fornecedores	8.500	5.788
Partes relacionadas	(2.547)	7.529
Impostos a recolher	683	(379)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>45.001</u>	<u>52.208</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de Imobilizado	(33.626)	(12.612)
Aquisições de Intangíveis	(5.165)	(877)
Pagamento das parcelas da subconcessão	(453.457)	(461.870)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(492.248)</u>	<u>(475.359)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Aporte de capital	453.458	461.815
Dividendos pagos	(2.923)	(5.679)
Caixa líquido provenientes das atividades de financiamento	<u>450.535</u>	<u>456.136</u>
Aumento no caixa e equivalente de caixa	<u>3.288</u>	<u>32.985</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	53.016	20.031
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	56.304	53.016

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

3.5 – DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Receitas		
Vendas brutas de serviços	103.753	81.579
Outras receitas	130	
	<u>103.883</u>	<u>81.579</u>
Menos: Insumos adquiridos de Terceiros		
Custos dos serviços prestados	(17.351)	(10.663)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.743)	(763)
Combustíveis	(7.863)	(5.938)
Direito de passagem	(14.235)	(11.815)
Outros	(4.008)	(914)
	<u>(46.200)</u>	<u>(30.093)</u>
Valor adicionado bruto	<u>57.683</u>	<u>51.486</u>
Depreciação e amortização	(42.759)	(22.877)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>14.924</u>	<u>28.609</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	6.102	3.948
Valor adicionado total a distribuir	<u>21.026</u>	<u>32.557</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos		
Remuneração direta	4.791	3.001
Benefícios	1.829	1.011
FGTS	410	238
Outros gastos relacionado a pessoal	1.856	870
	<u>8.886</u>	<u>5.120</u>
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	10.776	12.516
Estaduais		347
	<u>10.776</u>	<u>12.863</u>
Acionistas	240	2.923
Reinvestido	1.124	11.651
Valor Adicionado Distribuído	<u>21.026</u>	<u>32.557</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

4 – NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.1 – Contexto Operacional

A Ferrovia Norte Sul S.A. (doravante denominada "FNS" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em Assembléia Geral realizada em 7 de dezembro de 2007. Foi registrada na Junta Comercial do Estado do Maranhão - JUCEMA em 14 de dezembro de 2007 e é regida por Estatuto Social, pela Lei das Sociedades por Ações, pela Lei de Concessões e Permissões de Serviços Públicos e demais leis e regulamentos aplicáveis. A Companhia tem sede na Cidade de São Luís no Estado do Maranhão e prazo indeterminado de duração, que não pode ser inferior ao prazo de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Subconcessão de 30 anos.

A Companhia tem como objeto social realizar a exploração do transporte ferroviário de carga, compreendendo: operação, conservação, manutenção, monitoração, melhoramentos e adequação do trecho ferroviário, sob o regime de contrato de subconcessão. Este contrato foi celebrado entre a Companhia e a Valec - Engenharia Construções e Ferrovias S.A., sociedade por ações controlada pela União Federal e supervisionada pelo Ministério dos Transportes, para operar o trecho de 720 quilômetros de extensão entre Açailândia, no Estado do Maranhão, até Palmas no Estado do Tocantins. O trecho objeto da subconcessão tem as seguintes características básicas:

- 225 km entre Açailândia e Aguiarnópolis (TO), construído com recursos do Governo Federal. Trecho em operação.
- 133,5 km entre Aguiarnópolis (TO) e Araguaiana (TO), construído com recursos do Governo Federal. Trecho em operação.
- 213.2 km entre Araguaiana (TO) e Guaraí (TO), construídos com recursos provenientes do Contrato de Subconcessão e do Governo Federal, entregue pela Valec em maio de 2009. Trecho em operação.
- 148.3 Km entre Guaraí (TO) a Palmas (TO), construídos com recursos provenientes do Contrato de Subconcessão e do Governo Federal. A entrega desse trecho pela Valec ocorreu em dezembro de 2010. A companhia realizou o pagamento de 80% da terceira e última parcela do contrato, e condicionou a liberação dos 20% restante à correção das pendências existentes na ferrovia. O trecho ainda não entrou em operação.

Os pagamentos efetuados a Valec e a parcela dos 20% restante do Contrato de Subconcessão da Ferrovia Norte Sul, são suportados por aportes efetuados pela Controladora.

Em 28 de dezembro de 2010, a VALE S.A. transferiu para Vale Logística de Carga Geral S.A. o montante de 1.354.911.134 ações ordinárias de emissão da Ferrovia Norte Sul S.A., alterando desta forma o controle acionário da Companhia.

A Vale Logística de Carga Geral S.A. (denominada "VLCG",) com sede na cidade de São Paulo, Companhia controlada pela Vale S.A, tem por objeto social a prestação de serviços de transporte integrado de cargas através dos modais ferroviário e multimodal, serviços portuários e de agenciamento portuário, e em particular a prestação de serviços de transporte integrando terminais rodoferroviários, ferrovias e terminais portuários.

4.2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 17 de fevereiro de 2011.

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As Demonstrações Contábeis da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para devedores duvidosos, provisão para perda de estoques, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

4.3 – Descrição das principais práticas e estimativas contábeis adotadas

As principais práticas e estimativas contábeis adotadas na elaboração dessas Demonstrações Contábeis, estão definidas abaixo. Tais políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são publicadas em conjunto.

Estas são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas de acordo com CPCs pela Companhia, conforme detalhado na nota 4.5.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

b) Ativos financeiros

Classificação e Mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as categorias de “mensurados ao valor justo através do resultado” e “empréstimos e recebíveis”. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e freqüente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem.

Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não-circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a coligadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Valor justo

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

Provisão para realização de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("impairment").

Um ativo financeiro (ou grupo de ativos financeiros) está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") que possam ter impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro (ou grupo de ativos financeiros) e que possam ser estimados de maneira confiável. Dentre os critérios utilizados pela Companhia para a análise de impairment, são considerados, principalmente, a dificuldade financeira do devedor e quebra de contratos decorrentes de inadimplência continuada.

c) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços e ou vendas de materiais no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes normalmente são reconhecidas pelo valor faturado, ajustado ao seu valor presente quando considerado relevante, e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa ("impairment").

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, não houve ajuste a valor presente das transações de vendas, por serem irrelevantes.

d) Imposto de renda e contribuição social

As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração de resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A administração avalia periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

e) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada.

A depreciação de máquinas, equipamentos, móveis e utensílios é calculada pelo método linear, de acordo com a expectativa de vida útil-econômica dos bens. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras Receitas, líquidas".

A vida útil dos bens patrimoniais estão apresentadas na nota 4.9 a.

f) Intangível – Direito de Concessão

Está representado pelos valores estipulados através do edital de licitação para operar os trechos descritos na nota 4.9-b, acrescidos dos custos pela atualização aplicadas às parcelas a vencer da subconcessão.

A amortização se inicia quando o ativo está pronto para uso, que é quando entra em operação, pelo período remanescente do contrato de subconcessão.

g) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ("impairment"), ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

h) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

i) Subconcessão

No Brasil o serviço de transporte ferroviário de cargas e passageiros está sujeito a uma variedade de leis e normas, provenientes principalmente do Governo Federal por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

A regulação do serviço de transporte ferroviário no Brasil trata das relações entre o governo, as companhias ferroviárias, usuários/clientes. Os principais aspectos abordados pela regulação incluem segurança, responsabilidades e direitos dos usuários/clientes e operadores ferroviários.

O contrato de subconcessão tem como objeto a exploração do transporte ferroviário de carga, compreendendo: operação, conservação, manutenção, monitoração, melhoramentos e adequação do trecho ferroviário, sob o regime de contrato de subconcessão.

As condicionantes estabelecidas através da interpretação ICPC 01 não se aplicam aos contratos de concessão de prestação de serviços de transportes de cargas ferroviários, considerando que:

I) O poder concedente não define a quem os serviços devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias, conforme cláusula 7ª do contrato de concessão;

II) O poder concedente não determina qual o preço deverá ser cobrado pelos serviços prestados. A base para precificação é o mercado, inclusive, são cobradas tarifas acessórias (transbordo, carga, descarga, armazenamento, etc.) para as quais não há qualquer mecanismo de controle e seu valor é negociado livremente;

A concessionária poderá cobrar qualquer valor diferente de zero pelo transporte ferroviário de carga, respeitados os limites máximos das tarifas de referência estabelecidos pela concedente. A Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT), agência reguladora do setor publica resoluções anuais aprovando o reajuste das tarifas de referência em cada concessão, constituindo um teto para as empresas (price-cap).

Em linha com os esclarecimentos provenientes da Orientação CPC 05, a administração conclui que o contrato de subconcessão não está sujeito as regras do ICPC 01.

j) Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor puder ser estimado com segurança.

k) Obrigações de pensão

O passivo relacionado aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado pela estimativa de saída futura de caixa, usando-se as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado.

Os ganhos e as perdas atuariais advindos de mudanças nas premissas atuariais e emendas aos planos de pensão são apropriados ou creditados ao resultado pela média do tempo de serviço remanescente dos funcionários relacionados.

Para os planos de contribuição definida, a Companhia paga contribuições em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

l) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contra prestação recebida ou a receber pela venda de serviços no curso normal das atividades da Companhia, sendo reconhecida quando da efetiva execução dos serviços contratados e na medida em que:

- 1) os custos relacionados a esses serviços possam ser mensurados confiavelmente e o valor da receita possa ser mensurado com segurança; e
- 2) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade.

A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método de taxa de juros efetiva.

m) Moeda Funcional

As transações realizadas nas demonstrações contábeis da Companhia são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). A moeda funcional adotada pela Companhia e a moeda de apresentação das demonstrações contábeis é o real.

4.4 – Práticas contábeis críticas

A Companhia prepara suas demonstrações contábeis com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes.

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a sua situação patrimonial, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas da companhia.

As transações envolvendo tais estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como seu resultado operacional, já que por definição, as estimativas contábeis raramente seriam iguais aos seus efetivos resultados.

A principal estimativa que apresenta risco significativo de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos no próximo exercício social refere-se à revisão da vida útil dos bens do ativo imobilizado. A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado. As taxas de depreciação são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.

4.5 – Adoção pela primeira vez das Demonstrações Contábeis de acordo com os Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC

a) Base da transição

As demonstrações financeiras individuais da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras demonstrações individuais anuais em conformidade com os CPCs. A Companhia aplicou o CPC 43 na preparação destas demonstrações financeiras individuais.

A data de transição é 1o de janeiro de 2009. Os balanços patrimoniais de abertura segundo os CPCs não foram preparados, pois não foram identificados ajustes relevantes.

b) Conciliação das antigas práticas contábeis com os CPCs

A adoção dos CPCs não gerou ajustes no patrimônio líquido na data de transição, assim como não afetou o resultado do exercício de 2009. O principal impacto decorrente dessas novas práticas contábeis refere-se à reclassificação dos investimentos (beneficiorias) efetuados pela Companhia na infraestrutura (malha ferroviária) relacionada aos contratos de subconcessão com arrendamento mencionados na Nota 4.1. Esses investimentos eram registrados no ativo imobilizado e, em decorrência das orientações descritas no OCPC 05 – Contratos de Concessão passaram a ser registrados no ativo intangível, conforme demonstrado a seguir:

I) Contratos de concessão com arrendamento – a Companhia passou a reconhecer, como intangível, os ativos relacionados aos contratos de concessão, não registrando no momento inicial nenhum ativo financeiro, por entender não haver uma clara evidência do direito contratual incondicional de receber, do concedente, caixa ou outro ativo financeiro pelos ativos vinculados a concessão de serviços públicos.

II) Custo atribuído do ativo imobilizado – a interpretação ICPC 10 permite que uma entidade atribua um novo valor de custo do ativo imobilizado na data de transição para adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis. A Companhia não registrou nenhum acréscimo de valor ao seu imobilizado por entender não ser relevante o montante resultante do recálculo desses ativos, em relação ao seu ativo imobilizado total.

III) Estimativas contábeis – as estimativas contábeis adotadas pelas práticas contábeis anteriores estão consistentes com as estimativas requeridas pelos novos pronunciamentos.

Reconciliação do balanço patrimonial do período de transição 1º de janeiro de 2009.

Como o saldo de benfeitorias de bens de arrendados era imaterial em 31 de dezembro de 2009 (R\$ 859) e inexistente em 1º de janeiro de 2009 não foi necessário a reconciliação do balanço patrimonial do período de transição.

Reapresentação dos ITR de 2010

Em 25 janeiro de 2011 a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) divulgou a deliberação nº 656 concedendo prazo adicional para a reapresentação dos ITR de 2010 e 2009, com a plena adoção das normas de 2010. Entretanto, a companhia não identificou efeitos relevantes no resultado e no patrimônio líquido nos trimestres de 2010 e 2009, em decorrência das novas práticas contábeis.

c) Reclassificação dos saldos

No processo de revisão decorrente das alterações das práticas contábeis adotadas no Brasil a Companhia identificou que havia gastos ocorridos na sua operação classificados como despesas gerais e administrativas em vez de estarem classificados como custos de serviços prestados. Desta forma, em 31 de dezembro de 2009 a Companhia decidiu reclassificar estes gastos para os custos de serviços prestados:

	2009		
	Originalmente Apresentado	Ajustes	Reapresentação
Custos dos serviços prestados	(39.384)	(10.597)	(49.981)
Despesas gerais e administrativas	(18.702)	10.002	(8.700)
Outras Despesas Operacionais	(595)	595	

4.6 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Este saldo inclui o caixa e bancos, além de aplicações resgatáveis a qualquer momento realizadas em instituições financeiras de primeira linha, como se segue:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
Caixa e bancos	2.295	29
Aplicações financeiras	54.009	52.987
	56.304	53.016

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários de aplicações de curto prazo, que estão acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis.

4.7 – Contas a Receber de Clientes

Representadas por clientes no mercado interno, possuíam a seguinte composição por vencimentos.

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
A Vencer	536	402
Vencidas - Até 3 meses	620	50
Vencidas - acima de 6 meses	69	26
Contas a receber de clientes	1.225	478

4.8 – Tributos a Recuperar

Os tributos a recuperar tem sua origem conforme segue:

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
ICMS a recuperar	2.446	872
IR retido na fonte	927	
IR e Contribuição Social a compensar	2.072	560
PIS e COFINS a compensar	515	(26)
	5.960	1.406

4.9 – a) Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2010, o ativo imobilizado tinha e seguinte composição:

			31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
	Taxa Média (%)	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Líquido
Imóveis	3	813	(18)	795
Equipamentos ferroviários	5	5.887	(200)	5.687
Equipamento de informática	5	58	(6)	52
Ferrovia				
Locomotivas	8	5.721	(1.220)	4.501
Vagões	3	70.492	(5.634)	64.858
Outros	10	1.124	(73)	1.051
		84.095	(7.151)	76.944
Imobilizado em curso				39.969
		84.095	(7.151)	116.913
				72.119
				14.014
				86.133

A movimentação do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 está sumarizada da seguinte forma:

	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Líquido
Em 1º de Janeiro de 2009	77.826	(1.714)	76.112
Depreciação			
Locomotivas		(458)	
Vagões		(2.112)	
Adições			
Equipamentos ferroviários	51		51
Outros	76	(21)	55
Imobilizado em Curso	12.485		12.485
Em 31 de Dezembro de 2009	90.438	(4.305)	86.133
Depreciação			
Locomotivas		(458)	
Vagões		(2.112)	
Adições			
Vagões	100	(1)	99
Imóveis	813	(18)	795
Equipamentos ferroviários	5.836	(200)	5.636
Equipamento de informática	58	(6)	52
Outros	864	(51)	813
Imobilizado em Curso	25.955		25.955
Em 31 de Dezembro de 2010	124.064	(7.151)	116.913

4.9 – b) Intangível

O direito de subconcessão está representado pelos valores estipulados através do edital de licitação para operar os trechos, descritos na nota 4.1. acrescidos dos custos financeiros aplicados às parcelas a vencer, e as benfeitorias na via permanente.

A amortização se inicia quando o ativo está pronto para uso, que é quando entra em operação, pelo período remanescente do contrato de subconcessão.

Intangível - custo	31 de dezembro de 2009	Adições	31 de dezembro de 2010
Direitos de subconcessão	1.695.408	74.572	1.769.980
Benfeitoria em propriedades - subconcessão via permanente	877	5.165	6.042
	1.696.285	79.737	1.776.022
Intangível - amortização			
Direitos de subconcessão	(30.192)	(39.673)	(69.865)
Benfeitoria em propriedades - subconcessão via permanente	(18)	(237)	(255)
	(30.210)	(39.910)	(70.120)
Intangível - líquido			
Direitos de subconcessão	1.665.216		1.700.115
Benfeitoria em propriedades - subconcessão via permanente	859		5.787
	1.666.075		1.705.902

4.10 – Subconcessão a pagar

A Companhia celebrou, em 20 de dezembro de 2007, com a VALEC - Engenharia Construções e Ferrovias S.A., contrato de subconcessão com arrendamento para exploração do transporte ferroviário de carga no trecho entre Açailândia (MA) e Palmas (TO), conforme mencionado na Nota 4.1.

De acordo com este contrato, o pagamento da subconcessão ocorreria em três etapas definidas no contrato de subconcessão. A primeira equivalente a 50% do valor da subconcessão, liquidada após a assinatura do contrato. A segunda parcela de 25% paga em 4 de maio de 2009. A terceira parcela do pagamento prevista para dezembro de 2009 foi inicialmente postergada para abril de 2010, condicionada ao recebimento do trecho final da ferrovia a ser disponibilizado pelo Governo Federal, atualizada pela variação do IGP-DI acrescido de 12% ao ano, aplicados até abril de 2010. Em dezembro de 2010, com assinatura do segundo termo aditivo ao contrato da subconcessão, foi liquidado 80% do valor da terceira parcela e condicionada a liberação dos 20% restante à correção das pendências existentes na ferrovia. O valor atualizado, dessa parcela de 20% em 31 de dezembro de 2010 era de R\$117.376. Este valor será suportado por aporte efetuado pela Controladora.

4.11– Fornecedores - terceiros

	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>31 de dezembro de 2009</u>
Mercado interno	15.330	6.830

4.12– Partes Relacionadas

No curso normal das operações, a Companhia contrai direitos e obrigações oriundos de transações comerciais com a acionista Vale S.A, e a Fundação Vale do Rio Doce.

Balço Patrimonial	<u>31 de dezembro de 2010</u>	<u>31 de dezembro de 2009</u>
Passivo Circulante		
Vale S.A.	9.120	11.667
Demonstrações do Resultado		
Custos dos serviços prestados		
Custo de intercambio/aluguel de locos e vagões	4.189	3.428
Custo com direito de passagem	<u>14.235</u>	<u>11.816</u>
	<u>18.424</u>	<u>15.244</u>
Despesas gerais e administrativas		
Despesas com processos do CSC	<u>876</u>	<u>271</u>

As dívidas com empresas ligadas no circulante representam os valores que a FNS tem a pagar pela compra de serviços, materiais e/ou itens para o ativo imobilizado.

Os intercâmbios de locomotivas e vagões são processos inerentes as atividades de transporte ferroviário de cargas no Brasil. Os custos representam os valores gastos com a utilização de material rodante de outras concessionárias.

O direito de passagem representam valores gastos com a utilização da via ferroviária da Estrada de Ferro Carajás – EFC.

As despesas administrativas com processos de suporte representam os gastos com serviços prestados pelo Centro de Serviços Compartilhados (CSC), envolvendo os processos transacionais de Suprimentos, Financeiro, Recursos Humanos, TI e Jurídico.

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia, composto exclusivamente pelos diretores mencionados no item “6 – Administração – Conselheiros e Diretores” deste relatório, é paga integralmente pela Controladora, sem o respectivo reembolso.

4.13– Impostos, taxas e contribuições a recolher

	31 de dezembro de 2010	31 de dezembro de 2009
ICMS a recolher	309	288
IRRF	106	13
PIS	84	49
ISS	257	95
INSS	467	35
Outros	69	18
	1.292	498

4.14– Patrimônio líquido

(a) Capital

Em junho de 2009, em reunião do Conselho de Administração foi aprovado a proposta da Diretoria para aumento do capital social em R\$ 461.815 mediante a emissão de 461.815.222 de novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, obedecendo ao limites do capital autorizado que é de R\$ 1.259.018.

Em 29 dezembro de 2010, em reunião do Conselho de Administração foi aprovado a proposta da Diretoria para aumento do capital social em R\$ 453.458 mediante a emissão de 453.458.155 de novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, obedecendo ao limites do capital autorizado que é de R\$ 1.712.476

Em 31 de dezembro de 2010 o capital social é de R\$ 1.712.476 (2009 – R\$ 1.259.018), correspondente a 1.712.476.164 (2009 – 1.259.018.008) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, e preço de subscrição de R\$ 1,00 (um real) por ação.

A atual composição acionária apresenta-se da seguinte forma:

	R\$	Ações Ordinárias	% Participação
Vale S.A.	326.033	357.565.022	20,88
Vale Logística de Carga Geral S.A	1.386.443	1.354.911.141	79,12
Totais	1.712.476	1.712.476.163	100,00

(b) Reservas

A reserva de incentivos fiscais recebe a parcela dos incentivos fiscais, reconhecidos no resultado do exercício e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

A reserva legal foi calculada com base em 5% do lucro líquido do exercício, após absorção de prejuízos acumulados, de acordo com os termos da Lei das Sociedades Anônimas.

A reserva para investimentos é destinada a cobrir o orçamento de capital da Companhia.

A Assembléia dos acionistas definiu o pagamento dos dividendos mínimos, conforme previsto no estatuto social da Companhia, calculados em 25% do lucro líquido do exercício, após a destinação para a reserva legal.

(c) Lucro por ações

1. Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

2. Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A companhia não possui ações ordinárias potenciais diluídas.

	<u>2009</u>
Cálculo da média ponderada para 2009	
(797.202.786 x 6/12) + (1.259.018.007 x 6/12)	1.028.110.397
Lucro líquido do exercício	14.574
Média Ponderação de ações ordinárias em 2009	1.028.110.397
Lucro básico e diluído por lote de mil de ações R\$	14,18
	<u>2010</u>
Cálculo da média ponderada para 2010	
(1.259.018.007 x 12/12)	1.259.018.007
Prejuízo do exercício	1.365
Média Ponderação de ações ordinárias em 2010	1.259.018.007
Lucro básico e diluído por lote de mil de ações R\$	1,08

4.15 – Receitas por natureza

a) Receitas líquidas de serviço prestado

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Receita bruta		
Receita de transporte ferroviário	102.648	81.550
Receita de estadia de vagões	1.105	28
Total Receita bruta	<u>103.753</u>	<u>81.578</u>
Impostos sobre serviços		
ICMS	(603)	(347)
PIS	(1.641)	(1.334)
COFINS	(7.559)	(6.090)
Total impostos sobre serviços	<u>(9.803)</u>	<u>(7.771)</u>
Receita líquida	<u>93.950</u>	<u>73.807</u>

b) Receita financeira

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Aplicação mercado financeiro	6.050	3.835
Outras receitas financeiras		113
	<u>6.050</u>	<u>3.948</u>

c) Receitas com Variação Cambial

A Companhia efetuou o pagamento da apólice de seguros em dólar. No fechamento do cambio referente à apólice de 2010, registrou uma variação de cambio positiva no montante de R\$ 52.

4.16 – Custos e despesas por natureza

A sazonalidade do mercado no qual a Companhia atua tem repercussão direta em suas operações. Os principais clientes da Ferrovia Norte Sul atuam em mercados altamente sazonais, como o agronegócio e o plantio de soja. Qualquer flutuação nesse setor pode causar um efeito adverso nos negócios da Companhia. Os produtos transportados pela Companhia têm apresentado um padrão de sazonalidade muito significativa nos meses de outubro a março, período de entressafra.

a) Custos dos serviços prestados

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Benefícios a empregados	(3.060)	
Serviços profissionais técnicos	(8.503)	(4.421)
Seguros	(76)	(12)
Materiais	(2.296)	(441)
Combustíveis	(7.914)	(5.937)
Utilidades públicas	(130)	
Tráfego mútuo de frete/Direito de passagem	(14.230)	
Locações	(7.193)	(15.932)
Peças e componentes ferroviários	(296)	(93)
Diversos	(323)	(268)
Total custo operacional	<u>(44.021)</u>	<u>(27.104)</u>
Depreciação e amortização	(42.756)	(22.877)
Total dos Custos dos serviços prestados	<u>(86.777)</u>	<u>(49.981)</u>

Os contratos de trabalho dos empregados operacionais da companhia foram integralmente assumidos a partir do mês de setembro 2010. Os respectivos empregados foram transferidos do quadro de pessoal da Vale S.A.

b) Despesas gerais e administrativas e outras despesas operacionais por natureza

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Benefícios a empregados	(1.137)	(1.011)
Salários	(3.294)	(3.018)
Encargos sociais	(1.061)	(1.080)
Serviços profissionais técnicos	(2.950)	(2.327)
Seguros	(900)	(412)
Materiais	(158)	(202)
Combustíveis	(18)	
Utilidades públicas	(27)	(24)
Locações	(67)	(377)
Diversos	(1.265)	(249)
Total	<u>(10.877)</u>	<u>(8.700)</u>

c) Despesas Financeiras

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Encargos por atraso	(93)	(168)
Descontos Concedidos	(776)	
Outras despesas financeiras	(5)	(107)
	<u>(874)</u>	<u>(275)</u>

4.17 – Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	<u>2010</u>		<u>2009</u>	
	<u>IR</u>	<u>CSLL</u>	<u>IR</u>	<u>CSLL</u>
Resultado antes da tributação	1.524 25%	1.524 9%	18.799 25%	18.799 9%
Imposto de Renda e Contribuição Social – (alíquotas efetivas)	<u>(381)</u>	<u>(137)</u>	<u>(4.700)</u>	<u>(1.692)</u>
Incentivos Fiscais	335		2.269	
Outros	<u>24</u>		<u>(132)</u>	
Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado do exercício	<u>(22)</u>	<u>(137)</u>	<u>(2.563)</u>	<u>(1.692)</u>

b) Incentivos fiscais - subvenção para investimentos

A Companhia goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre a receita auferida no transporte ferroviário de carga geral efetuados no Estado do Maranhão. No presente exercício não apuramos lucro operacional nas atividades exercidas no Estado do Maranhão. O Incentivo foi concedido pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e consiste na isenção ou redução de 75% de imposto de renda sobre resultados apurados, até o ano base de 2018.

As subvenções e assistências governamentais são registradas contabilmente em conta destacada da demonstração do resultado e submetidas à Assembléia dos acionistas para aprovação de sua destinação.

4.18 Informações por segmento de negócios

Considerando que os segmentos operacionais de suas atividades apresentam características econômicas e financeiras similares, e visando a adequada avaliação dos efeitos financeiros e dos ambientes econômicos e regulatórios onde atua, a administração da Companhia toma suas decisões e avalia regularmente o desempenho de seus produtos e serviços a partir do agrupamento de suas atividades em um único segmento.

A unificação dos segmentos foi validada com base nos seguintes aspectos

- A geração de caixa de suas atividades é decorrente das atividades de prestação de serviços de transportes de cargas;
- A metodologia aplicada na prestação de serviços de transportes de cargas é idêntica para todos os clientes, independentemente da categoria.

4.19 – Cobertura de Seguros

Em 31 de dezembro de 2010, os seguros contratados para cobrir eventuais sinistros são:

Modalidade	Cobertura	Valor da cobertura (milhares)
Responsabilidade Civil Geral	Operação Ferroviária	US\$ 30.000
Transporte Ferroviário de Carga	Danos	US\$ 30.000
Danos Materiais e Lucros Cessantes	Operação Ferroviária	US\$ 1.250.000
Seguro de Vida	Empregados	20 x o salários

4.20 – Fatores de riscos

A atividade de concessão é objeto de Contrato de subconcessão firmado com a interveniência do Poder Concedente, estando sujeita a um ambiente altamente regulado.

Os contratos de concessão são contratos administrativos regidos pelas leis brasileiras, as quais fornecem ao Poder Concedente certa discricionariedade para determinar, motivadamente, nos editais de licitação, os termos e condições aplicáveis às concessões da Companhia.

Caso a Companhia tenha que efetuar investimentos adicionais como resultado de uma medida não prevista no contrato, ou, ainda, como resultado de medidas unilaterais, nas hipóteses previstas na legislação, por parte das autoridades concedentes, sua condição financeira e seus resultados operacionais podem ser afetados adversamente.

Atitudes como essas ou a edição de normas ainda mais rígidas, em razão do interesse público, poderão afetar sua capacidade de atender a todos os requisitos exigidos pelos processos regulatórios e seus resultados de forma adversa.

A Companhia está sujeita a diversas leis e regulamentos ambientais que podem se tornar mais rígidos no futuro e resultar em maiores obrigações e maiores investimentos de capital. A Companhia está comprometida com as melhores práticas de sustentabilidade e proteção ao meio ambiente, e isto requer o investimento de recursos e esforços da administração. Além disso, suas operações estão sujeitas a extensa legislação federal, estadual e municipal relativa à proteção do meio ambiente.

O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas por eventual inobservância destas normas. Tais sanções podem incluir, entre outras, a imposição de multas, a revogação de licenças e até mesmo a suspensão temporária ou definitiva de suas atividades.

A aprovação de leis e regulamentos de meio ambiente mais rigorosos podem forçar a Companhia a destinar maiores investimentos de capital neste campo e, em conseqüência, alterar a destinação de recursos de investimentos já planejados. Tais alterações poderiam ter efeito adverso relevante sobre as condições financeiras e sobre os resultados da Companhia.

As exigências ambientais adicionais que venham a ser impostas no futuro em razão de alterações na legislação ambiental ou no impacto ambiental de suas atividades, assim como a sua incapacidade de obter as licenças ambientais necessárias, podem exigir que ela incorra em custos adicionais significativos e podem acarretar um efeito adverso relevante em seus negócios, situação financeira e resultados operacionais.

4.21 – Previdência complementar

A partir de agosto de 2010, com a efetiva contratação de mão-de-obra própria, foi implantado na Companhia o plano da VALIA - Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social, entidade jurídica de fins não-lucrativos, instituída em 1973, tendo por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da VALE e suas controladas e coligadas que participam ou venham a participar do plano. A Companhia, sua controladora e diversas empresas do Grupo Vale são patrocinadoras da VALIA.

O Plano de Benefício – FNS, consiste em um plano misto de benefícios e foi elaborado tendo por base os mais modernos conceitos no âmbito da Previdência Complementar de benefícios programáveis, que são do tipo contribuição definida desvinculados da concessão de benefícios da Previdência Social. Contempla também o Benefício Diferido por Desligamento (“Vesting”), que permite ao participante manter-se vinculado ao plano sem que sejam necessárias contribuições futuras, além dos chamados benefícios de risco (aposentadoria por invalidez e pensão por morte).

Outra vantagem prevista pelo plano é que este permite, em caso de desligamento da Fundação, a devolução da totalidade das contribuições do participante e até 80% das contribuições da patrocinadora, acrescidas da rentabilidade dos investimentos. Este plano foi implementado em agosto de 2010 e para ele migraram quase todos os empregados da Companhia. Em 31 de dezembro de 2010, 104 empregados e vinculados contribuintes haviam aderido ao plano.

As contribuições da Companhia para o Plano de Benefícios FNS são como segue:

- Contribuição ordinária - Destina-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda, é idêntica à contribuição dos participantes e limita-se a 9% dos seus salários de participação, no que exceder a dez unidades de referência do plano.
- Contribuição extraordinária - Pode ser realizada a qualquer tempo, a critério das patrocinadoras.
- Contribuição normal - Para custeio do plano de risco e das despesas administrativas, fixadas pelo atuário quando da elaboração das avaliações atuariais.

- Contribuição Especial - Destinada a cobrir qualquer compromisso especial porventura existente.

O resultado da avaliação atuarial para 31 de dezembro de 2010 está assim apresentado:

	<u>2010</u>
Valor presente das obrigações atuariais	(432)
Valor justo dos ativos do plano	<u>680</u>
Ativo atuarial	<u>248</u>

A Companhia não registrou em seu balanço patrimonial nenhum ativo decorrente de avaliações atuariais, por não haver, claramente, evidência de probabilidade de sua realização.

A Companhia é participante e responsável pela cobertura proporcional de qualquer insuficiência nas reservas técnicas da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA. Para a formação de reservas técnicas com base em cálculos efetuados por atuário independente.

Todos os cálculos atuariais envolvem projeções futuras acerca de alguns parâmetros, tais como: salários, juros, inflação, comportamento dos benefícios do INSS, mortalidade, invalidez, etc. Nenhum resultado atuarial pode ser analisado sem o conhecimento prévio do cenário de hipóteses utilizado na avaliação.

As hipóteses atuariais econômicas adotadas foram formuladas considerando-se o longo prazo previsto para sua maturação, devendo, por isso, serem analisadas sob essa ótica. Portanto, a curto prazo, elas podem não ser necessariamente realizadas.

Na avaliação atuarial anual efetuada para 31 de dezembro de 2010, foram adotadas as seguintes hipóteses atuariais e econômicas:

Hipóteses atuariais	<u>2010</u>
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial	11,30% a.a
Taxa de rendimento nominal esperado sobre ativos do plano	11,50% a.a
Índice estimado de aumento nominal dos salários	8,15% até 48 anos; 5,0% a partir dos 48 anos
Taxa estimada de inflação no longo prazo	5,0 % a.a
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	N/A
Expectativa de vida média ponderada com base na tábua de mortalidade utilizada para determinação das obrigações atuariais	
Participantes aos 65 anos de idade	18,63%
Participantes aos 40 anos de idade (expectativa aos 65 anos)	<u>40,25%</u>

4.22 – Instrumentos Financeiros

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 eram caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores e subconcessão a pagar, cujos valores contábeis aproximavam-se dos correspondentes valores de realização.

A Companhia não contratou quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2010 e 2009.

(a) Risco de Mercado

Considerando a natureza dos negócios e operações da FNS, o principal fator de risco de mercado aos quais a Companhia está exposta são preços de produtos e insumos e outros custos.

(b) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

Considerando que não há ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

(c) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. No caso de clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

As atividades da Companhia compreendem a prestação de serviços de transporte ferroviário de carga geral. O principal fator de risco de mercado que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes. Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência, é adotada uma política de gestão rigorosa na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosas do perfil dos clientes, bem como um sistema que permite o bloqueio automático de vendas a clientes acima do limite estabelecido e com atrasos nos pagamentos de suas faturas. Também deve ser destacado que a prestação de serviços, pelas características dos produtos transportados e dispersão de clientes, não apresentam concentrações relevantes, existindo natural diluição de riscos de realização de contas a receber com conseqüente minimização de perdas individuais.

(d) Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade de não poder cumprir com as obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

A liquidez no curto prazo e a eficiência da gestão do caixa, é administrada conjuntamente com o centro de serviço compartilhado da controladora indireta. Assim, a previsão de fluxo de caixa é realizada pelo centro de Serviços Compartilhados. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

(e) Risco operacional

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção de produção, através de apólices do tipo All Risks.

Os instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2010 e de 2009 e em 1º de janeiro de 2009 por categoria correspondem:

5 – Declaração de Revisão das Demonstrações Contábeis e do Parecer de Auditoria Independente pelos Diretores

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e os demais Diretores da Ferrovia Norte Sul S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Av. dos Portugueses S/N, Prédio DILN, 1º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.257.877/0001-37 (“FNS”), para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 (“INSTRUÇÃO”), declaram que:

- reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da FNS relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, e
- reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente as demonstrações contábeis da FNS referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2010.

Diretoria

Luiz Fernando Landeiro Junior

Diretor-Presidente e de Relações com Investidores

Marcello Magistrini Spinelli

Vice-Diretor

Pedro Zinneri

Diretor

6 – Administração - Conselheiros e Diretores

Conselho de Administração

Eduardo de Salles Bartolomeo

Presidente

Marcus Vinicius Penteado

Francisco Rocha Fontes Neto

Conselheiros

Diretoria

Luiz Fernando Landeiro Junior

Diretor-Presidente e de Relações com Investidores

Marcello Magistrini Spinelli

Vice-Diretor

Pedro Zinneri

Diretor

Nelo Bosi Ribeiro

Contador

CRC-MA009165/O-2